

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 13729

Data 06/06/2008

☐ Compra ☒ Doação ☐ Permuta

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

ROSENI ROSA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO SOBRE A
DEFICIÊNCIA VISUAL**

**PONTES E LACERDA – MT
2007**

376.352
S929L
ex.01
C9256-8939

ROSENI ROSA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO SOBRE A
DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Letras da Universidade do Estado de
Mato Grosso – Campus Universitário de Pontes e
Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título
de graduação em Licenciatura em Letras.

ORIENTADORA: Prof^ª. Ms. Teresa Pazos da Silva.

**PONTES E LACERDA – MT
2007**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Esp. Elizangela Patrícia Moreira da Costa (Membro)

Profª. Rosely Aparecida Romanelli (Membro)

Profª. Ms. Teresa de Pazos da Silva (Orientadora)
Departamento de Letras de Pontes e Lacerda - MT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para que eu pudesse concluir mais uma etapa em minha vida. Agradeço a Deus que, apesar de tantas barreiras e dificuldades encontradas no caminho, segurou em minhas mãos e me ajudou a caminhar até o fim da jornada, dando-me a certeza da vitória de mais essa batalha.

Ao meu querido esposo, que nunca mediu esforços para me ajudar, oferecendo-me todo apoio, amor e carinho durante essa longa caminhada.

A toda minha família, que é a base de tudo, principalmente, à minha querida mãezinha, pessoa muito especial em minha vida.

Aos professores de toda a minha vida escolar, que contribuíram para que eu chegasse até aqui, em especial aos professores da academia que me proporcionaram um crescimento intelectual amplo enquanto acadêmica.

À minha amiga Maria Vannilza, que sempre me incentivou para que eu não desistisse da minha jornada.

A todos os meus colegas, que, de uma forma ou de outra, ajudaram-me a alcançar essa vitória.

À minha orientadora, Prof^a. Ms. Teresa Pazos da Silva pelo carinho e paciência que teve comigo durante todo esse período.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente foram de muita valia nesta etapa final de minha vida acadêmica.

Dedico este trabalho a minha
mãe Eva Rosa de Souza, pelo
apoio, amor e carinho, e, em especial,
ao meu esposo Antônio Jocas pelo
apoio, amor e companheirismo em
todos estes anos de curso.

A inclusão não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos são *humanos*, sem distinção (MARTINS, 2006).

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	09
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 - Educação inclusiva	11
2.1.2 - A inclusão de crianças portadoras de deficiência visual.....	15
2.1.3 - A escola e a inclusão de deficientes visuais.....	19
3 - LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	23
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXOS.....	34

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal discutir as experiências da mãe, do aluno, professora e diretora no processo educacional, no que diz respeito à inclusão do aluno com baixa visão ou cego, no sistema regular de ensino, no município de Pontes e Lacerda - Mato Grosso. Escolhemos para nosso campo de investigação, uma escola pública do ensino fundamental e médio que integra alunos com baixa visão. A proposta em discussão refere-se ao processo educacional de inclusão da criança portadora de deficiência visual, enfocando as experiências, vivências e os relatos tanto da mãe e do aluno como da professora e da diretora neste processo de inclusão. Procuraremos também nos embasar em teorias que abordam o tema, bem como a colaboração dos pais, pesquisadores e educadores envolvidos no processo de inclusão de alunos com baixa visão ou cegos. A inclusão de alunos com baixa visão ou cegos no ensino regular, significa responsabilidade e compromisso de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, tanto àqueles que pertencem à esfera federal como também aos pertencentes à esfera estadual e municipal no que diz respeito a diretores de escolas, professores e familiares, dependendo de toda uma reavaliação e adaptação do sistema educacional. O trabalho está assim elaborado: Inicialmente, falamos da importância da inclusão, realizamos um apanhado da história do portador de deficiência visual e sua batalha para chegar à inclusão do cego ou de baixa visão no ensino regular. Posteriormente, apresentamos as entrevistas do aluno, da mãe, da professora e também da diretora sobre suas óticas e, ao mesmo tempo, fazemos uma análise dos dados levantados, diante das perspectivas de alguns teóricos.

Palavras – Chave: Educação, inclusão e deficiência visual.

1 INTRODUÇÃO

O processo de busca por uma escola inclusiva pode ser observado tanto na escola como na família. As constantes mudanças na educação e no papel do professor na aprendizagem do aluno são de fundamental importância, principalmente, às crianças portadoras de deficiência visual. Este quadro despertou nosso interesse em estudar esse tema.

No convívio com esta realidade, nos interessamos em conhecer a prática pedagógica de alguns profissionais da área no ensino fundamental, através de uma pesquisa de campo, a fim de nos inteirarmos da realidade inerente à inclusão de alunos portadores de deficiência visual no sistema regular de ensino.

O objetivo deste estudo é refletir quanto às necessidades de adequação da escola inclusiva para os alunos com deficiência visual, de modo a atender as diferenças individuais, e, assim, contribuir para o processo sócio-educativo-cultural. A inclusão é um processo que envolve todos os segmentos da sociedade e vários serviços, como a educação e a saúde.

A inclusão, de alguma forma, tem sido desenvolvida no âmbito dos estudos lingüísticos. O estudo da inclusão de alunos com necessidades especiais ampliou-se consideravelmente na década de 1990. Assim, foi possível através do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazer com que os pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos no ensino regular. Assim, proponho-me a investigar a participação e o desenvolvimento de alunos cegos ou de baixa visão em uma escola estadual de Pontes e Lacerda-MT, tendo como objetivo principal, verificar como é a educação do aluno deficiente visual no ensino regular, como a mãe vê a integração do seu filho com as demais crianças. Pretendemos também conhecer o trabalho desenvolvido pela professora e pela diretora da escola no que diz respeito à inclusão destes alunos.

Iniciamos o trabalho falando da importância da inclusão no ensino regular e posteriormente fazemos uma abordagem sobre a inclusão de portadores de deficiência visual nas escolas. Em seguida, apresentamos os questionamentos do aluno, da mãe, da professora e da diretora a respeito do tema abordado.

De modo geral, a realidade tem mostrado que a escola ainda não responde, eficazmente, ao desafio de trabalhar com as necessidades educacionais das crianças especiais, especialmente às relacionadas com as dificuldades visuais. A deficiência visual

ocorre quando uma criança encontra dificuldade em ler bem ou não encontra a posição correta para visualizar, seja no livro ou na lousa, o texto escrito.

Uma das reclamações mais freqüentes de pais, com filhos em idade escolar, é a de que as instituições de ensino público ou privado, populares ou burguesas, não têm dado uma resposta adequada e, em tempo hábil, às crianças que sofrem com dificuldades visuais no ensino regular. A deficiência visual atinge ricos e pobres, brancos e negros, europeus ou latinos que estão nos bancos escolares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Educação Inclusiva

Segundo o Ministério da Educação (1994), no Brasil, o atendimento ao deficiente teve início à época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos meninos cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos. No início do século XX, foi criado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental.

De acordo com GAMA (1999), o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relata que, no Brasil, há aproximadamente 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. No entanto, 9 milhões destas estão incluídas no mercado de trabalho. As que se vêem nas ruas são as pessoas deficientes que ocupam as vagas de atividades menos valorizadas. Grande parte desta população não teve acesso à escola.

Observa-se que a Constituição federal de 1988 é fundamentada na promoção do bem estar de todos, sem fazer qualquer discriminação. O artigo 205 afirma que a educação é um direito de todo cidadão brasileiro e garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece ainda, no artigo 206, como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Já no artigo 208, garante como dever do Estado, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, bem como a oferta do atendimento educacional especializado (MEC/SEESP, 1994, p.19).

Dentre os compromissos que o Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº. 8069/90) estabelece, destacamos o artigo 55 que afirma que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino” (ECA, 2001. Art.55). Nessa década, também foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, que orientou o processo de integração instrucional e condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (MEC, SEESP, 1994, p. 19).

Durante muitos anos, as pessoas com deficiência permaneceram fora da sociedade. A escola aceitava apenas os alunos que tivessem condições de acompanhar os métodos de ensino e o ritmo de aprendizagem da maioria dos alunos. Considerava-se que a deficiência

era um problema da pessoa e, por isso era ela que deveria se adaptar aos padrões impostos pela sociedade. Conforme afirma GAMA (1999):

A escola só aceitava os alunos que estivessem preparados numa escola especial. A partir dos anos 80, esse raciocínio começou a ser questionado e, nos anos 90, o conceito de inclusão ganhou força. Toda a sociedade deve estar preparada para acolher as pessoas com deficiência: sem barreiras e com mobiliário adaptado (p.02).

Mais que isso, todos devem estar preparados e dispostos a encontrar alternativas que favoreçam a inclusão das pessoas com deficiência, e, conseqüentemente, aceitá-las como elas são.

Constata-se na história da humanidade, que existiram vários níveis de entendimento sobre o que representaria a deficiência, e qual seria a maneira mais adequada de tratá-la. Pode-se observar que, independentemente dos níveis de entendimento, Correr 2003 afirma que:

Desde os pré-científicos nos quais imperava a crença no sobrenatural até os níveis científicos caracterizados por uma leitura objetiva e empiricamente fundamentada, a trajetória das pessoas com deficiências inscreveu-se no processo da história, como um longo capítulo de exclusão e preconceito (Correr, 2003 p.24).

Sem dúvida, era um paradigma excludente, preconceituoso e que discriminava, não dando atenção às necessidades específicas dos alunos. Segundo Masini (2007):

Isso só veio a ser questionado, refletido e mais pensado a partir do ano de 1980, quando as limitações ou deficiências dos alunos deixaram de ser vistas como problema pessoal e perceberam que a deficiência maior estava na escola que não se empenhava em enxergar suas potencialidades e, com isso, não os atendia em suas necessidades diferenciadas (p.210).

Houve necessidade de muita discussão, debates, estudos e encontros para mudanças de paradigma educacional que envolvesse as pessoas com deficiência e entre elas, as com deficiência visual, foco desse nosso estudo. É interessante ressaltar que o paradigma da inclusão só surge em 1990, quando diferentes declarações elaboradas no mundo, já traziam “educação para todos”. Estas discussões não apenas perduram como também se intensificam cada vez mais com significativos avanços para os portadores de necessidades especiais.

Segundo a Revista Inclusão (2006), “O Brasil destaca-se na América - Latina, porque tem uma política educacional que prevê a inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles que têm diferenças lingüísticas” (p.07).

Atualmente, as escolas têm intensificado suas discussões sobre a necessidade de se construir uma sociedade para todos. Segundo Correr (2003);

Na escola as pessoas com algum tipo de desvantagem deveriam contar com suportes para que pudessem participar de forma igual em todas as atividades disponíveis aos demais cidadãos. A diferença deveria ser respeitada enquanto um valor comunitário. A oportunidade de lazer, de trabalho e de educação deveria estar ao alcance de todos, como resultado de uma sociedade que aprendeu a socializar seus bens culturais e seus mecanismos de desenvolvimento humano (p.18).

Afirmar que pessoas com deficiência têm o direito a uma vida de qualidade não significa, no entanto, que os programas de serviço social devam oferecer a elas, de forma paternalista e discriminatória, todos os elementos necessários para que vivam bem. Segundo Correr (2003), “a pessoa com deficiência necessita adquirir, no decorrer de seu desenvolvimento, as habilidades necessárias para compreender aquilo que deseja e necessita, para que tenha uma melhor qualidade de vida” (p.32).

Em conformidade com o Ministério da Educação, no livro “Saberes e Práticas da Inclusão” (2005), “O direito de toda criança à educação foi proclamado na Declaração de Direitos Humanos e ratificado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (p.18). Sendo assim, toda pessoa portadora de qualquer tipo de deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, a partir do momento em que ela está certa disso. Deste modo, os pais também têm o direito de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se adequa às necessidades de seus filhos.

Nesta discussão, é preciso considerar que o discurso inclusivo foi implantado no sistema educacional brasileiro na Legislação do Ministério da Educação lei n 4.169/62. Vejamos em seguida:

[...] as necessidades educacionais especiais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que o ensino deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo (MEC, 2005, p.19).

A inclusão de crianças com deficiência deverá fazer parte dos projetos nacionais de educação para todos. Até mesmo naqueles casos excepcionais em que crianças sejam

colocadas em escolas especiais, não é necessário que sua educação seja completamente isolada. Como afirma o MEC (2005).

Dever-se-á também ser dispensada atenção especial à necessidade das crianças e jovens com deficiências múltiplas ou severas. Elas possuem os mesmos direitos que outros na comunidade, de vir a ser adultos que desfrutem de um máximo de independência, e sua educação deverá ser orientada nesse sentido, na medida de suas capacidades (MEC, 2005, p. 23).

Ainda segundo o Ministério da Educação, na Educação Inclusiva o sistema educacional deverá considerar as diversidades individuais e as variadas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos e, ser assegurado a todos os surdos, acesso ao ensino da língua de sinais de sua origem. Assim, aos alunos com necessidades educacionais especiais, deverá ser dispensado apoio contínuo desde a ajuda mínima nas classes comuns, até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico, na escola, ampliando-os quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoas de apoio externo.

Faz-se necessária uma revisão conceitual da representação construída, ao longo de muitos anos, da pessoa com deficiência. Segundo a Revista "Inclusão" da Educação Especial (2006):

A criança com necessidades especiais não é uma criança ontologicamente deficiente, porém uma criança como todas as demais, com particularidades definidas na sua aprendizagem. Não é uma criança marcada pelo déficit, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma aprendizagem significativa e eficaz (p. 09).

A deficiência é uma situação de vida que, ainda que se constitua num estado permanente, não deve definir os atributos individuais, pois varia muito de pessoas ou de situação, ou seja, qualquer indivíduo deficiente pode desenvolver suas atividades normais inclusive na escola. Contudo, pretendemos nos ater em um ponto específico deste cenário, buscando saber se as crianças portadoras de deficiências visuais estão sendo realmente incluídas no sistema regular de ensino e quais as dificuldades encontradas tanto da parte do aluno como da parte do professor.

2.1.2 – A inclusão de crianças portadoras de deficiência visual

Muitas crianças, no início da aprendizagem de leitura e escrita, apresentam as mais variadas dificuldades. Essas crianças ao ler e escrever, costumam trocar letras, não conseguem aglutinar as palavras, às vezes aproximam muito o livro do rosto, movimentam muito a cabeça em busca de um ângulo melhor para enxergar, chegando até mesmo a ficar com os olhos vermelhos, lacrimejando e /ou coçando com certa frequência. Existem casos, porém em que, as dificuldades persistem e a criança, mesmo apresentando uma inteligência normal, tem grande dificuldade de ler e escrever. Ela pode estar apresentando o que chamamos de “deficiência visual”.

Sobre a questão da inclusão, a Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma que: “O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, principalmente na rede regular de ensino” (Art. 4º, LDB).

Para que crianças portadoras de deficiências sejam aceitas nas escolas, foi criada uma lei que nos assegura este direito. A inclusão da pessoa com qualquer tipo de necessidades especiais foi efetivada nas Instituições de Ensino pela Declaração dos Direitos Humanos, e nos resta saber como as mesmas se preparam para lidar com este déficit. Isso ocorreu, quando, em 1998, foi decretada a matrícula dos alunos portadores de necessidades especiais em escolas da rede de Ensino Nacional. Porém, isto não ocorreu sem dificuldades pois, na ocasião do ingresso “as escolas se põem em uma dupla posição: por um lado, em aceitar essas pessoas com deficiências e por outro, mantém sua estrutura sem nenhuma qualificação para que seus professores e equipe de apoio possam atuar com esses alunos” (Correr, 2003, p.36).

De acordo com GAMA (1999), os anos 90 marcaram definitivamente o movimento denominado “Inclusão Educacional”. Este movimento é compreendido como um caminho direcionado a uma escola aberta para todos: a educação inclusiva. Segundo ele, o processo de inclusão é aquele pelo qual se possibilita ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades, raciocínio, valores, vontades, interesses, aspirações, integração e participação.

O Ministério da Educação (2003) conceitua a deficiência visual como visão baixa, que é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais ou de sensibilidade aos contrastes, que limitam o desempenho

visual da pessoa. Pessoas com baixa visão são aquelas que apresentam “desde condições de indicar projeção de luz, até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho. Seu processo educativo se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, ainda que com a utilização de recursos específicos” (p. 16).

Ainda falando no conceito da baixa visão, percebe-se que há fatores relevantes no que diz respeito à inclusão do aluno. Quanto ao ingresso da criança na escola é uma situação vivenciada muitas vezes como estressante, uma vez que ocorrem mudanças em sua vida ocasionando sensação de medo das situações novas, do novo mundo com que se depara. Para facilitar a integração no ambiente escolar, é importante que o professor tenha como objetivo principal promover a independência e a autoaceitação, ajudando-a a diminuir sua limitação. Vejamos alguns fatores que afetam a participação do aluno com baixa visão no ambiente escolar.

Aceitação e flexibilidade do professor em relação a sua limitação; atitude positiva do diretor e dos funcionários da escola; valorização e estímulo em relação aos acertos, elogiando o aluno; conhecimento do professor acerca do auxílio óptico do aluno e conscientização de sua utilidade, encorajando-o a usá-lo. O auxílio pode ser apresentado à classe como um avanço tecnológico e de grande valia; incentivo para que o aluno com baixa visão participe ao máximo das atividades escolares, possibilitando maior interação com os colegas e o professor (BRUNO, 1996, p.04).

Para facilitar a participação e o sucesso do aluno com baixa visão na escola, são necessárias adaptações que facilitam o desempenho escolar. Os principais aspectos a serem considerados são: o posicionamento do aluno em sala de aula e a adaptação de materiais. Geralmente, a melhor posição para o aluno com baixa visão é sentar-se em frente à lousa, no centro da sala. É que cada aluno tem sua própria distância focal, dependendo do nível de acuidade visual e do tipo de auxílio óptico utilizado. Vale lembrar que, nesses casos, a aproximação do material de leitura dos olhos não prejudica a visão, apenas propicia um aumento do tamanho da imagem. A aproximação é um recurso, para a ampliação do objeto. Quanto mais forte os óculos utilizados, mais próxima deverá ser a distância da leitura (BRUNO, 1996, p.6).

Já na adaptação da criança quanto ao material utilizado na escola, segundo BRUNO (1996) “é importante o professor estar atento à iluminação ambiental, pois sua deficiência ocasiona dificuldades no processo de aprendizagem e no bem estar da criança”. Quando se fala da iluminação ambiental, deve-se cuidar para que todos os locais sejam iluminados, evitando-se áreas escuras, principalmente nas salas de aula, escadas, entradas e corredores.

O autor ainda conceitua a deficiência visual como a cegueira, que é a perda total da visão, até a ausência de projeção de luz. Cegos são as pessoas que apresentam “desde a ausência total da visão, até a perda da projeção de luz. O processo de aprendizagem se fará dos sentidos remanescentes como: tato, audição, olfato e paladar, utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita” (p.16).

Dentro do conceito da deficiência visual existem diferentes tipos de dificuldade visual, que são as principais alterações visuais na infância como: hipermetropia, miopia, astigmatismo, ambliopia e estrabismo. Contudo, essas alterações não constituem deficiência visual; são problemas visuais que devem ser diagnosticados e tratados precocemente pelo profissional especializado em oftalmologia adequado, para que a criança atinja um desenvolvimento das funções visuais dentro da normalidade (BRUNO, 1996, p.20).

Pais, professores e educadores devem estar atentos a dois importantes indicadores para o diagnóstico precoce da deficiência visual: a história pessoal do aluno e as manifestações lingüísticas nas aulas de leitura e escrita.

Quando os professores se deparam com crianças inteligentes, saudáveis, mas, com dificuldades de ler e entender o que leram, devem investigar imediatamente se há existência de casos de dificuldade visual. Em geral, a história pessoal de uma criança com deficiência visual traz traços comuns, como por exemplo, o atraso na aquisição da linguagem. As crianças com dificuldade parcial de ler bem, quase sempre, são alunos isolados, mas alunos que procuram superar suas limitações lingüísticas com comportamentos mais agressivos, rebeldes e violentos.

Vejamos o que Turra (2002) diz a respeito do fator gerador desta deficiência:

Pode-se considerar que nos países em desenvolvimento as principais causas são infecciosas, nutricionais, traumáticas e causadas por doenças como a catarata. Nos países desenvolvidos são mais importantes as causas genéticas e degenerativas. As causas podem ser divididas também em cognitivas ou adquiridas (TURRA 2002 p.53).

É de suma importância, o professor de ensino fundamental, principalmente nas séries iniciais, conhecer um pouco sobre a deficiência visual e suas causas para assim atender melhor os seus alunos. Pois as causas da dificuldade da visão são poucas, porém graves.

É fundamental salientar que a presença de uma deficiência não implica necessariamente na incapacidade. Por exemplo: uma criança com deficiência visual pode ler utilizando lentes especiais. Por outro lado, qualquer pessoa pode, em algum momento,

ser capaz de realizar uma atividade sendo sua deficiência gerada por fatores ambientais, culturais ou socioeconômicos.

2.1.3 A escola e a inclusão de deficientes visuais

Prevenir e antecipar os fatos ajuda a construir a reflexão sobre como incluir os alunos especiais na sala de aula, pois a inclusão consiste em interação.

Com as mudanças sociais presentes no sistema educacional, na pós-modernidade e na globalização, passam a surgir transformações nas políticas públicas fundamentadas na filosofia e nos princípios de uma sociedade inclusiva, abrigada sobre o amuleto da inclusão social (MEC, 2005).

A inclusão cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários. Para que isso se torne realidade em sala de aula, a participação do professor é essencial (Cavalcante, 2005, p.40).

Conforme a proposta do Ministério da Educação, uma pedagogia centrada na criança pode contribuir para evitar o desperdício de recursos e a frustração de esperanças, conseqüências freqüentes da má qualidade do ensino. As escolas centradas na criança são, além do mais, a base para a construção de uma sociedade centrada nas pessoas, que respeite tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos.

Faz-se importante, ao receber a criança cega, que a escola já tenha acesso ao laudo oftalmológico, com as informações médicas. Ao chegar à escola, o aluno cego deverá fazer reconhecimento de todo o espaço físico antes de começar suas atividades educacionais. “O aluno cego necessita do método Braille criado por Luis Braille em 1809-1852 – e que consiste num sistema de escrita em relevo para ler, escrever e contar” (TURRA, 2002, p.54).

Por meio do sistema Braille as pessoas cegas conquistaram o acesso ao mundo da leitura e escrita e a participação na construção do conhecimento, sistema universal de leitura tátil e escrita, inventado na França em 1825 por Louis Braille.

A leitura em Braille é realizada da esquerda para a direita, mediante o movimento contínuo das mãos e habilidade tátil desenvolvida na ponta dos dedos, em leve pressão. Algumas crianças utilizam inicialmente a mão dominante para a leitura, lêem com a polpa do indicador da mão direita ou esquerda, conforme a preferência (MEC, 2004, p.51).

Percebe-se que a inclusão escolar é vista como uma nova realidade nas escolas brasileiras. Para tanto, as escolas promovem a educação e a integração dentro da sociedade para todos, cumprindo um papel fundamental para reverter situações de exclusão ao promover

ações de conscientização sobre os direitos de acesso aos serviços de saúde e reabilitação para as crianças com deficiência.

Entende-se que o professor antes de ajudar um aluno cego, deve perguntar se ele necessita de auxílio. Também quando for falar com o aluno cego, usar o tom e velocidade normal de voz. O aluno precisa ser tratado com o mesmo carinho e respeito com que se trata uma pessoa que enxerga normalmente. Faz-se necessário ainda que o aluno cego seja incluído nas atividades em grupo.

Conforme nos afirma Masini (2007, p.34):

Educar um portador de deficiência visual é propiciar-lhe condições para que desenvolva plenamente suas possibilidades naturais e possa contribuir com seu trabalho para uma comunidade à qual tenha o sentimento de pertencer. Relacionar-se de forma genuína com uma pessoa deficiente sensorial, lidar com o seu potencial intacto, saber de suas experiências perceptuais é um desafio, quer em um plano de relações familiares, quer profissionais. Experimentar esses limites têm constituído, por sua vez, condições para o encaminhamento de novas buscas de recursos, para que o portador de deficiência visual desenvolva suas próprias possibilidades de perceber, de relacionar-se, de pensar e de agir autonomamente e integrar-se socialmente.

O professor deve atuar como um mediador no contexto da inclusão escolar. Dentre todos os contextos vinculados ao processo da inclusão, o ambiente da aula é aquele onde o professor tem a sua ação mais efetiva. A Revista "Inclusão" da Educação Especial (2006), afirma que "o professor poderá estimular o aluno especial a ser mediador, junto com ele, nas atividades com os demais alunos e, ao mesmo tempo, atribuir-lhes tarefas diferenciadas que sejam instigadoras ao seu desenvolvimento" (p.45).

Dentro do processo de alfabetização do aluno com baixa visão, o professor deve levar em consideração que crianças com esta deficiência, mesmo portadoras da mesma patologia, têm necessidades particulares e atingem níveis diferenciados de desenvolvimento visual e uso funcional da visão.

O aluno com baixa visão pode desenvolver eficiência visual com ajuda de auxílios ópticos adequados, materiais adequados a suas necessidades visuais e principalmente pela organização e adequação do ambiente. Há alunos que necessitam de alta iluminação para poder visualizar os estímulos, enquanto para outros, a luminosidade e brilho podem dificultar a fixação e discriminação visual.

Os alunos com baixa visão leve e moderada podem, muitas vezes, utilizar-se dos jogos e letras disponíveis no mercado que tenham cores contrastantes. O professor deverá

adaptar as letras, palavras e textos, levando em consideração a acuidade visual, alteração da sensibilidade aos contrastes e a alteração do campo visual.

Na baixa visão como na cegueira, o que determina a capacidade de leitura e escrita é o nível conceitual do aluno. Deve-se compreender que o domínio do processo de leitura e escrita pelo sistema Braille ou por meios visuais, dependerá também da experiência compartilhada no grupo social. A intervenção pedagógica competente, a experiência de outros colegas mais adiantados e o domínio do Sistema Braille pela família serão mediadores eficazes para se alcançar avanços no domínio desse sistema. BRUNO (1996), afirma que “para dominar o sistema de leitura e escrita em Braille é necessário que o aluno tenha bom desempenho no que se refere à localização espacial e lateralização e que tenha desenvolvido boa habilidade manual” (p.20).

Conforme nos afirma Gama (1999, p. 74), na inclusão de cego no processo educacional é necessário que a instituição o considere na sua individualidade e cultura, exigindo do professor o conhecimento sobre a deficiência visual e os comprometimentos impostos por ela. Os professores na rede regular de ensino encontram dificuldades em receber o aluno cego ou com baixa visão e, a justificativa principal é a falta de oportunidade de preparo dos mesmos para atenderem as necessidades destes alunos.

A escola deve respeitar as limitações e o ritmo da criança que tem baixa visão ou que seja cego, pois estes precisam desenvolver o uso da visão e dos outros sentidos para entender e fazer as coisas. É necessário que lhes ensinemos movimentos e posturas, desde os complicados até os gestos mais simples.

Segundo a abordagem do Ministério da Educação, no livro “Saberes e Práticas da Inclusão” (2004), a organização do espaço e do tempo para que o aluno com deficiência visual locomova-se devem ser planejados no ambiente escolar, a fim de que a criança tenha desejo de mover-se, de explorar o universo que lhe rodeia, ou seja, de fazer diferenciações em diferentes planos: no seu próprio corpo, nos objetos e nas ações realizadas (p.21).

Constata-se que a participação da família na vida escolar da criança com deficiência visual e o diálogo constante com os educadores são indispensáveis para facilitar a solução de dificuldades que possam surgir. É fundamental a compreensão e a disponibilidade da família para atender as possíveis solicitações da escola, bem como algum apoio à criança na realização de tarefas escolares.

No que se refere aos fatores fundamentais, que poderão favorecer ou prejudicar a escrita e a leitura, toda criança tem o direito a receber educação nos requisitos básicos para a leitura e a escrita, e o professor deve compreender com paciência as implicações da

questão. O que o professor precisa buscar é uma leitura fluida, com compreensão e uma escrita precisa e clara.

No entanto, não se pode deixar de lado que criança cega não tenha pistas visuais, como desenhos, para ajudá-la a reconhecer uma palavra e nem pode reconhecer de imediato uma palavra específica incluída numa oração. A ponta do dedo não substitui o olho, pois seu alcance é muito limitado em compreensão com o espaço visual. “O aluno cego pode reconhecer apenas um símbolo de cada vez. Por consequência a leitura do Braille nos primeiros estágios se baseia, em grande parte, no método alfabético, símbolo fonético” (BRUNO, 1996 p. 17). Visto que o manuseio dos recursos materiais específicos para a escrita exigirá destreza, harmonia e sincronização de movimentos.

BRUNO (1996, p. 32) coloca que o professor deve estabelecer algumas estratégias pedagógicas para desenvolver o trabalho com alunos de baixa visão como, por exemplo, compreendendo as dificuldades oculomotoras de focalização, segmento visual e coordenação olho-mão que podem facilitar a realização de atividades práticas de coordenação visomotora, como encaixes, desenhos, cópia da lousa e escrita. Evitar alta iluminação direta, reflexão e brilho na lousa ou material a ser discriminado.

É necessário também orientar o aluno quanto à organização espacial, posição para leitura e adequação do material, ponto de compensação e distância que consiga focalizar e discriminar. Evitar corrigir a posição da cabeça, que é a única forma de bloqueio dos movimentos involuntários. Utilizar pistas visuais para melhor organização do campo gráfico, tanto para leitura como para escrita.

Ainda tratando-se do conceito do mesmo autor, o professor, ao proporcionar atividades lúdicas que favoreçam o exercício dos movimentos oculares, está graduando as dificuldades. Boliche, jogos de peteca, bola ao cesto, futebol e natação, enfim, jogos de interação sensorial e equilíbrio, estimulam a socialização do aluno.

3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Entende-se educação inclusiva como uma ferramenta imprescindível no mundo moderno. Devemos levar em consideração que não é só na escola que se dá a aprendizagem. A língua oral é um exemplo disso, pois é adquirida e aprendida no meio social, sem nenhuma intenção para a aprendizagem, para Vigotsky (1994) “[...] o aprendizado das crianças começa muito antes de elas freqüentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia” (p. 110).

Estas considerações nos mostram que ao estudarmos as condições da inclusão de alunos com deficiência visual no sistema regular de ensino, devemos considerar também as condições de vida nas quais estes alunos se acham inseridos. Segundo Masini (2007), “todo aluno traz algumas experiências que vivencia no meio em que vive” (p.229).

Na coleta de dados, aplicamos questionário aos quatro participantes da pesquisa que foram entrevistados, são eles: um aluno do ensino fundamental, que é portador de baixa visão; uma mãe, uma professora e uma diretora da escola que atende alunos com baixa visão. Foram propostas quatro perguntas a cada um dos entrevistados, todas relacionadas à prática docente em sala de aula com alunos de baixa visão. Cada participante da entrevista respondeu de forma individual. Também realizamos observação e estudos bibliográficos.

A oportunidade que o indivíduo tem de usar o patrimônio cultural da humanidade é a partir da aprendizagem, por isso foi criada a Declaração dos Direitos Humanos para garantir o direito à aprendizagem a todos os portadores de deficiência e, em particular, aos portadores de deficiência visual.

Nesta análise, estaremos estabelecendo um paralelo entre as literaturas pertinentes à educação inclusiva e os dados obtidos nas respostas do aluno, da mãe, da professora e da diretora. Consideraremos, para efeito de análise, as respostas obtidas nas entrevistas e os dados obtidos nas observações realizadas em suas aulas.

Os entrevistados atuam no ensino fundamental de uma escola estadual do município de Pontes e Lacerda-MT e são pessoas que convivem com a baixa visão. O aluno, enquanto portador da necessidade e o professor, diretor e mãe, como responsáveis pelo processo de formação deste aluno.

Iniciamos o trabalho de coleta de dados perguntando ao aluno se ele se sente incluído no sistema regular de ensino. O aluno entrevistado afirma que “tem um pouco de

dificuldade com relação a inclusão no ensino regular”. Isto, possivelmente, ocorra, devido à dificuldade do professor desenvolver ações adequadas. Na perspectiva de Bruno (1996),

o professor deve estabelecer algumas estratégias pedagógicas para desenvolver o trabalho com alunos de baixa visão. Como por exemplo, compreendendo as dificuldades oculomotoras de focalização, segmento visual, e coordenação olho-mão, podem facilitar a realização de atividades práticas de coordenação visomotora, como encaixes, desenhos, cópias da lousa e escrita (p. 32).

Em seguida, perguntamos ao aluno qual a metodologia que o professor deveria utilizar para ele na sala de aula. O aluno falou que “gostaria que o professor explorasse mais a oralidade”, ainda sugeriu ao professor para usar mais o recurso didático xérox. Com isso, percebemos que os próprios alunos já têm conhecimento de que é necessário desenvolver alternativas que possibilitem aos alunos com necessidades educativas especiais, meios de comunicação que os habilitem a desenvolver seu potencial lingüístico.

A função da escola não é só passar os conteúdos pedagógicos, mas integrar os alunos cegos e de baixa visão na sua comunidade, para desenvolver-se a sua própria língua.

Quanto à terceira pergunta feita ao aluno, a fim de saber se a escola está preparada para atuar com alunos de baixa visão, ele nos afirmou que “a escola não está preparada para atender alunos cegos ou com baixa visão, pois existem vários obstáculos”. Observa-se que os alunos com baixa visão têm as mesmas capacidades de desenvolvimento que os demais alunos, precisando apenas que tenha suas necessidades atendidas, o anseio é que a escola os atenda.

Perguntamos ainda ao aluno qual a melhor maneira para o professor se comunicar com ele. O mesmo respondeu: “oralmente, porque eu não leio muito bem devido não ter muita prática”, ou seja, ele não enxerga muito bem. Percebemos que o aluno com baixa visão deseja que o professor ensine a sua língua para seu maior aprendizado.

O portador de dificuldade visual pode, muitas vezes, utilizar-se dos jogos e das letras disponíveis no mercado que tenham cores contrastantes. Cabe à escola assumir sua responsabilidade, preparar seus profissionais e oferecer-lhes condições para desenvolver o trabalho.

Fazem-se necessárias alternativas que facilitem o desempenho do aluno cego ou com baixa visão, atividades que facilitem um bom relacionamento em todas as áreas do conhecimento, entre baixa visão e os de visão normal. Nesse sentido, o currículo deveria estar organizado partindo de uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares.

No trabalho de coleta de dados, entrevistamos também a mãe do aluno portador de deficiência visual. A primeira pergunta direcionada à mãe foi se ela acha que seu filho está incluso no ensino regular. Ela nos afirmou que “não está 100%, ainda tem bastante dificuldade”.

Segundo o livro do MEC/SEESP “Saberes e Práticas da Inclusão”, cuidar e educar depende de um currículo que contemple a criança em sua totalidade. Esse currículo deve propor a adoção de políticas contextualizadas, de forma a superar idéias fragmentadas e compartilhadas das ações educativas, favorecendo a construção de práticas que respondam as demandas da criança e de seus familiares.

Percebemos que o professor precisa estar atento às possibilidades e oportunidades do aluno com baixa visão, pois assim pode se entrosar no grupo com mais facilidade, dando-lhes mais chances de superar suas dificuldades.

A segunda pergunta feita à mãe foi se ela concorda com a metodologia de ensino utilizada na sala de aula com seu filho. Ela responde que “100% não. O professor deve ser bastante criativo para trabalhar com alunos de baixa visão”.

Observamos, através da resposta que, a mãe não está muito feliz com o desempenho do seu filho, no entanto, há casos em que a família espera unicamente da escola, esquecendo da responsabilidade que os pais têm com seus filhos, principalmente os portadores de deficiência visual que necessitam de total apoio, tanto da escola como da família. Vejamos em Correr:

Os estudos sobre disponibilização de suportes para as famílias revelaram um redirecionamento da importância da dinâmica familiar para a construção da independência e do domínio de habilidades que são necessárias para uma integração na vida comunitária (2003, p.49).

Isto mostra que no processo ensino aprendizagem não só para os alunos com baixa visão, mas também aos outros alunos com visão normal a integração da família é essencial no desempenho escolar.

Perguntamos ainda à mãe, qual a maneira que ela usa para se comunicar com seu filho de baixa visão. Ela nos afirmou que é “oralmente”. No ponto de vista da mãe, essa é a maneira mais prática para comunicar-se com ele. Segundo Correr (2003), “a pessoa com deficiência necessita adquirir, no decorrer do seu desenvolvimento, as habilidades necessárias para compreender aquilo que deseja e necessita, para que tenha uma melhor qualidade de vida” (p.32).

A quarta pergunta feita à mãe foi a seguinte: Como ela gostaria que fosse realizado o trabalho com seu filho portador de deficiência visual junto com os demais alunos que tem a visão normal. A resposta da mãe foi a seguinte: “Eu gostaria que ele tivesse mais atenção”.

Percebemos pela resposta da mãe, que ela espera uma atenção especial para seu filho por parte da escola. A falta de atenção pode acarretar um complexo de inferioridade. Geralmente, quando o aluno é portador de alguma deficiência, ele se sente inferior aos demais colegas e esse conceito ele acaba levando para casa. Observa-se no livro do MEC (2005) que:

[...] as diferenças humanas são normais e que o ensino deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo (MEC, 2005, p.19).

Em seguida, abordamos uma professora que atua no ensino regular para saber se ela tem alunos com baixa visão ou cegos em sua sala de aula. A mesma nos respondeu que “sim, com baixa visão”. Ou seja, tem apenas um, mas que sua deficiência não é cegueira, e, sim, baixa visão.

De acordo com o segundo questionamento feito à professora, perguntamos como está sendo o processo de educação inclusiva do aluno com baixa visão. Ela nos respondeu que “está acontecendo de forma muito lenta devido à falta de material adequado”. Vemos que há muita dificuldade na qualificação do profissional em trabalhar com a deficiência desse aluno. Deste modo, podemos perceber claramente que ainda existem muitas barreiras com relação ao ensino aprendizagem tanto da parte dos professores para lidar com essa deficiência como da parte dos alunos ao serem incluídos no sistema regular de ensino.

Ao afirmar que a educação inclusiva é um processo lento, observamos pela afirmação da professora que a escola ainda não está preparada para trabalhar com esse tipo de aluno. Segundo a Revista “Inclusão” da Educação Especial, “o professor poderá estimular o aluno especial a ser mediador, junto com ele, nas atividades com os demais alunos e, ao mesmo tempo, atribuir-lhes tarefas diferenciadas que sejam instigadoras ao seu desenvolvimento” (p 45).

A terceira questão dirigida à professora buscou saber se ela acha que é possível um bom relacionamento entre os alunos com baixa visão e os de visão normal. Ela nos garantiu que “ sim, é possível um bom relacionamento até porque um ajuda o outro e, na

medida em que essa ajuda acontece, um aprende com o outro. Aprende a conviver e a respeitar o espaço e o direito daquele que possui a deficiência visual”. Essa socialização e troca de conhecimentos é importante para o crescimento de todos, pois cada um aprende a respeitar o limite do colega sem deixar de lado a figura do professor que deve atuar como mediador.

É muito importante, no processo ensino aprendizagem de alunos com baixa visão ou cegos, que o professor envolva-o em todas as atividades desenvolvidas em sala de aula, pois assim, estará fazendo com que seus alunos com deficiência visual se sintam iguais aos demais alunos da sala. Toda escola, tanto nas salas especiais quanto nas de ensino regular, deve estar preparada para oferecer educação de qualidade ao seu público.

Na quarta pergunta direcionada à professora, procuramos saber se ela se sente preparada para atuar junto aos alunos de baixa visão. Ela nos respondeu que “não exatamente, mas procuro dar o melhor de mim para que esse aluno não saia perdendo com relação ao outro na aprendizagem”. Disse ainda que se preocupa com esta melhora, pensando no melhor aprendizado do aluno deficiente para que este acompanhe o outro com mais facilidade.

Já que toda criança tem o direito de receber educação de qualidade dentro dos requisitos básicos para a leitura e a escrita, o professor deve compreender com paciência estas implicações.

A quarta entrevistada foi a diretora da escola. Iniciamos perguntando se ela acha que realmente acontece o processo de educação inclusiva de alunos cegos ou com baixa visão na escola que ela dirige. Ela garantiu que, em Pontes e Lacerda-MT, na escola onde ela trabalha é onde mais acontece a inclusão. Disse também que a lei existe há muito tempo no Brasil, mas faz pouco tempo que se começou a colocá-la em prática. Afirmou ainda que está se preocupando cada vez mais em se qualificar para receber o aluno portador de deficiência visual e incluí-lo no ensino regular. Tanto é que, este ano, fez o possível para instalar em sua escola, uma sala de recurso.

A diretora mostra-se empenhada em colocar a lei em prática, uma vez que esta lei garante o direito das crianças portadoras de deficiência e, um dos papéis dos gestores é assegurar o cumprimento da legislação vigente.

Diante das necessidades de ensino aprendizagem que vieram assegurar o direito à inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, temos a Lei nº. 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que no seu artigo 59 estabelece os sistemas de ensino e assegura aos educandos com necessidades especiais,

inclusive os portadores de deficiência visual, acesso à educação no sistema regular de ensino.

Também a Constituição Federal de 1988, assegura aos educandos o bem estar, sem fazer qualquer discriminação. O artigo 205 afirma que a educação é um direito de todo cidadão e garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício à cidadania e a qualificação para o trabalho.

A segunda pergunta feita à diretora foi se ela vê um bom relacionamento entre alunos de baixa visão ou cegos e alunos de visão normal. Afirma que “É possível, mas depende muito do professor que está na sala de aula, não adianta o diretor fazer reuniões e cobrar se o professor não fizer nada. Tem aqueles profissionais que buscam qualificação e tem também aqueles que deixam a desejar”. Ou seja, de acordo com a diretora, depende muito do professor para conduzir os alunos à sala de aula, pois o professor é sem dúvida, o mediador de todo o processo ensino aprendizagem.

A diretora coloca ainda, que há profissionais que procuram sempre se qualificar e, no entanto, há outros que não se atém para este detalhe. Segundo ela, não é o diretor que está fora da sala quem vai detectar os anseios e as dificuldades do aluno, pois não convive diretamente com ele para conhecer suas limitações.

A teoria de Gama (1999) aponta que na inclusão de cego no processo educacional é necessário que a instituição o considere na sua individualidade e cultura, exigindo do professor o conhecimento sobre a deficiência visual e os comprometimentos impostos por ela.

Segundo Correr (2003), “a pessoa com deficiência necessita adquirir, no decorrer de seu desenvolvimento, as habilidades necessárias para compreender aquilo que deseja e necessita, para que tenha uma melhor qualidade de vida” (p.32).

Em seguida, perguntamos à diretora que tipo de linguagem ela acha que os professores devem trabalhar com os alunos cegos ou de baixa visão em sala de aula. Ela respondeu que “é a linguagem oral e, no caso da cegueira, além da oralidade, é fundamental o uso do sistema Braille”.

Em seguida, fizemos a quarta pergunta: Pedimos para ela opinar sobre a inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular. Obtivemos a seguinte resposta da diretora: “A criança deficiente não deve receber tratamento diferenciado dos demais alunos”. Sendo assim, a concepção da diretora está de acordo com o que rege a LDB no que diz respeito à inclusão ao afirmar que “O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado

mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 4º, LDB).

Fica evidenciado, que no sistema educacional brasileiro é preciso considerar que o discurso inclusivo vem sendo aplicado nas instituições de ensino. [...] “as necessidades educacionais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças” (MEC, 2005, p.19).

A educação inclusiva é uma grande batalha e as escolas com seus segmentos têm contribuído para a vitória neste processo, aceitando o ingresso dos alunos portadores de necessidades especiais, garantindo a permanência do aluno com baixa visão ou cego no ambiente escolar, integrando-o à sociedade, já que o princípio mais importante da escola inclusiva é que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino que está possibilitando que toda a sociedade reveja seus conceitos em relação às pessoas com deficiência, uma vez que por meio dela aquelas pessoas vão se sentindo incluídas no mundo e na sociedade, logrando êxito em sua vida profissional, social e afetiva. Ela colabora forte e firmemente para extinção do preconceito e da discriminação e, para isso, mostra constantemente projetos bem-sucedidos que envolvam pessoas com deficiência. É, sem dúvida, o caminho para que todas as pessoas com deficiência convivam em harmonia em uma sociedade mais justa.

Os objetivos que buscamos alcançar para com os alunos cegos na escola são exatamente os mesmos para os alunos não cegos, com diferença apenas em relação aos procedimentos, aos métodos empregados e com técnicas e recursos especiais necessários, utilizados durante o processo ensino aprendizagem. Desta forma, podemos perceber que, para a educação de crianças cegas, não podemos falar unicamente em escola especial, mas também, e, principalmente, em escolas com recursos materiais e recursos humanos especializados, que sejam capazes de oferecer o atendimento e condições indispensáveis e inerentes à prática educativa com pessoas que portam esse tipo de deficiência.

A educação deve ampliar seu olhar em sua prática, contemplando o desenvolvimento de novas habilidades. Cabe à escola, às novas concepções de ensino, promover a igualdade e valorizar as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos. Desta forma, é possível afirmar que o processo de inclusão veio para ficar, apesar de necessitar de melhorias significativas para que haja, junto com equipe educacional, a preocupação com o conteúdo acadêmico tanto quanto com a sociabilidade do aluno com deficiência. O poder de modificação e aperfeiçoamento do sistema educacional deve levar os educandos com deficiência da visão a adquirirem autonomia e independência, tornando-os cidadãos participantes e atuantes em seu meio social.

Através da pesquisa realizada, constatamos que, uma sala, para ser inclusiva, é necessário que tenha todo material adequado ao atendimento desses alunos e, em especial, muitos objetos com cores contrastantes, cadernos de pautas mais largas com linhas mais definidas e livros com tipos de letras ampliadas, ou, como disse o aluno entrevistado, com material xerocado. Percebemos então que, a escola pesquisada não está apta a receber alunos com deficiência visual devido à falta de estrutura física adequada, pois não possui nenhuma acessibilidade a esse tipo de deficiência, não tem material adequado e, o que é

pior, não conta com profissionais capacitados na área da educação especial. De acordo com Carneiro (2007 p.141);

Se o estabelecimento educacional não dispuser de profissionais devidamente orientados, não pode justificar com esse fato o não-atendimento da criança, pois ainda assim é obrigado a atender esses alunos, devendo providenciar pessoal para tal fim.

Assim, é necessário, então, fornecer capacitação a profissionais que atuam na área da saúde e profissionais que atuam na educação, para que compreendam as especificidades da baixa visão, pois nem sempre estes profissionais têm a compreensão ou são sensíveis a elas.

Portanto, cabe ao governo, investir mais e mais na educação inclusiva, oferecendo às escolas, estrutura física que favoreça a aprendizagem do aluno portador de necessidades especiais, juntamente com recursos didáticos específicos e profissionais especializados. Cabe ao governo, oferecer produtos e serviços que propiciem aos portadores de deficiência, e, em especial, à deficiência visual, condições para assumirem o papel de cidadãos independentes.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALOTTI, Celina, Camargo. *Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?* São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: *recomendações para a construção de escolas inclusivas coordenação geral*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas da Inclusão: *Desenvolvimento de competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão/coordenação geral*. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

BRUNO, Marilda, *Reflexão da prática pedagógica*. São Paulo, Ed. Laramara, 1996.

CAVALCANTE, Meire. *A escola que é de todas as crianças*. Nova Escola, ano XX, nº. 182, maio/2005. São Paulo: Victor Civita, p. 40 – 45.

CORRER, Rinaldo. *Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GAMA, A.S. *Avaliação da educação inclusiva de deficientes visuais nas escolas municipais de 1ª a 4ª série das escolas de Campinas /SP e Recife/PE* Universidade de São Paulo, 1999.

Inclusão Revista. da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/MEC. Ano 2. nº. 02 – Agosto, 2006.

LIMA, José Leonildo e SILVA, Teresa de Pazos da. *Roteiro para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Monografia*. Cáceres. Editora Unemat, 2005.

TURRA, Cinhtia. *Inclusão: um princípio igualitário e democrático* – Curitiba: Base, 2002.

VYGOTSKY. L.S. *La imaginacion Y el arte em la infância ensaop psicológico*. Eakal editora, 1982.

A Pessoa com deficiência visual: um livro para educadores / Elcie F. Salzano Masini, (organizadora) – 1ª edição – São Paulo: Vetor, 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações* / Moaci Alves Carneiro. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO

1º Em sua opinião, você está incluso no ensino regular?

R= Sim, um pouco de dificuldade.

2ª Fale qual a metodologia que você gostaria que fosse trabalhada com você em sala de aula?

R= Mais explicação oral, com xérox.

3ª Você acha que a escola está preparada para atuar com alunos de baixa visão? Por quê?

R= Não. Não tem tanto recurso, há muitos obstáculos.

4ª Qual a maneira que você acha mais correta para o professor se comunicar com você?

Explique. Oralmente, porque eu não leio muito bem porque eu não tenho muita prática.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO PARA A MÃE

1ª Você acha que seu filho está realmente incluso no ensino regular?

R= 100% não. Ainda tem bastante dificuldade.

2ª Você concorda com a metodologia de ensino com a qual os educadores estão trabalhando com seu filho?

R= 100% não, o professor precisa ser muito criativo para trabalhar com essa deficiência.

3ª Qual maneira que você usa para comunicar com seu filho de baixa visão?

R= Oralmente.

4ª Fale como você gostaria que fosse realmente o trabalho com seu filho portador de baixa visão junto com os alunos que enxergam normal em sala de aula?

R= Gostaria que ele tivesse mais atenção.

ANEXO III

QUESTIONÁRIO PARA A PROFESSORA

1º Você tem alunos cegos ou com baixa visão em sala de aula?

R= Sim, com baixa visão.

2ª Em sua opinião, como está sendo o processo de educação inclusiva do aluno com baixa visão em sala de aula? Você tem dificuldades ao desenvolver atividade com ele? Quais?

R= Está acontecendo de uma maneira muito lenta devido à falta de material adequado. Sim, sempre existe uma certa dificuldade pela falta de preparo, ou seja, qualificação profissional para lidar com a deficiência desse aluno.

3ª Você acha que é possível um bom relacionamento entre o aluno com baixa visão e o de visão normal na sala de aula? Justifique.

R= Sim, é possível um bom relacionamento, até porque um ajuda o outro e na medida em que essa ajuda acontece, um aprende com o outro. Aprende a conviver e a respeitar o espaço e o direito daquele que possui a deficiência visual.

4ª Você se sente preparada para atuar junto aos alunos com baixa visão? Justifique.

R= Não exatamente, mas procuro dar o melhor de mim para que esse aluno não saia perdendo com relação aos demais na aprendizagem.

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA

1ª Você acha que está acontecendo o processo de educação inclusiva de alunos cegos ou com baixa visão em sua escola? Justifique.

R= Sim, aqui em Pontes e Lacerda-MT, essa é a escola em que mais está acontecendo a inclusão. A lei já existe há algum tempo, mas aqui no Brasil faz pouco tempo que começou a se colocar em prática; Estamos nos preparando cada vez mais para que esses alunos sejam realmente incluídos em nossa escola.

2ª Você consegue ver a possibilidade de um bom relacionamento entre esse aluno com baixa visão e alunos com visão normal na escola? Justifique.

R= É possível, mas depende muito do professor que está na sala de aula, não adianta o diretor fazer reuniões e cobrar se o professor não fazer nada. Tem aqueles profissionais que buscam qualificação e tem também aqueles que deixam a desejar.

3ª Que tipo de linguagem você acha que os profissionais devem trabalhar com os alunos cegos ou com baixa visão em sala de aula?

R= Oralidade.

4ª De sua opinião sobre a inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular.

R= A criança deficiente não deve receber tratamento diferenciado dos demais alunos.

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em / / Para R\$

Na função de

CBO por motivo de

.....
Assinatura do empregador

Aumentado em / / Para R\$

Na função de

CBO por motivo de

.....
Assinatura do empregador

Aumentado em / / Para R\$

Na função de

CBO por motivo de

.....
Assinatura do empregador

Aumentado em / / Para R\$

Na função de

CBO por motivo de

.....
Assinatura do empregador